

## O PENSAMENTO ECONÔMICO ALEMÃO NO SÉCULO 19

Pedro Cezar Dutra Fonseca<sup>1</sup>

Pode-se falar da existência de um pensamento econômico alemão no século 19 (PEA - 19)? Ou, em se indo da indagação mais específica à mais abrangente: o corte analítico com base na nacionalidade faz sentido, é relevante para a análise econômica? A resposta desta última questão certamente exige investigações empíricas em várias situações históricas concretas, frente a seu grau de complexidade. Já a primeira pergunta, que é uma delimitação da segunda no tempo e no espaço, será abordada a seguir. Nossa hipótese central é que não só faz sentido falar de um pensamento econômico "alemão" no século 19, como o que o caracteriza e que lhe empresta unidade para ser denominado como tal é a heterodoxia.

### 1. Quem é alemão?

Cabe inicialmente explicitar quem são os economistas alemães do século 19 a serem objeto das considerações que seguem. Este procedimento não é mera formalidade: ao lado dos nomes mais conhecidos, há economistas e pensadores que participaram dos debates, destacaram-se como divulgadores e formadores de opinião, na academia ou na imprensa, em sua época, sem que isso resultasse em posterior registro nas histórias do pensamento econômico mais conhecidas e consagradas nos manuais. Conquanto não se ignore o importante papel destes, optou-se por uma definição de PEA-19 que justamente privilegiasse aqueles autores cujas obras foram de maior impacto, pois certamente estas mais se prestam para servir como marca de uma nacionalidade, algo que possui uma simbologia indissociável do imaginário e da representação. E não apenas pelo fato de o imaginário ser fundamental para demarcar o significado e o sentido do que é uma nação, mas também devido serem os economistas mais reconhecidos aqueles que via de regra expressaram sínteses em consonância com seu momento histórico. Neste caso, o pensamento denominado alemão não só abrange aqueles autores que os próprios alemães reconhecem como tal, mas aqueles que os não-alemães o identificam como marcados por essa nacionalidade - principalmente quando se tem em mente que a Alemanha não era unificada na maior parte do século 19.

À luz dessas considerações, pode-se considerar três grandes momentos no pensamento econômico alemão no período em análise:

- a) List: considerado o primeiro grande economista de língua alemã, defendia o protecionismo, a industrialização e a unificação de seu país. Professor em Tübingen, publicou sua principal obra, *Sistema Nacional de Economia Política*, em 1841;

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Pesquisador do CNPq. Publicado no livro: HELFER, Inácio (org.) *Os pensadores alemães dos séculos XIX e XX*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2000. p. 9-19.

- b) Escola Histórica Alemã (EHA): apesar da diferença entre seus autores, todos possuíam como ponto comum a defesa da importância da história na análise econômica, tendo florescido a partir da obra de W. Roscher *Esboço de um Curso de Economia Política segundo o Método Histórico* (1943). B. Hildebrand e K. Knies continuaram e aperfeiçoaram as propostas de Roscher, mas a Escola viria até o início do século 20, com G. Schmoller, A. Wagner e K. Bücher, denominada algumas vezes de “Segunda Escola Histórica”, já contemporâneos e contendores dos marginalistas;
- c) Marx: mais conhecido do que os anteriores, Marx difere dos mesmos por inspirar-se na filosofia de Hegel e na Economia Política de Ricardo, associando-as à proposta de crítica da economia capitalista e sua superação pelo socialismo, cujo principal fundamento econômico é a mais-valia, a qual, historicamente, fundamenta sua interpretação da história centrada na luta de classes.

## 2. Há um pensamento econômico alemão?

A possibilidade de se poder falar de um PEA-19 exige que, após detectados seus autores de maior impacto e relevância: **(a)** encontrem-se neles traços ou características comuns; **(b)** que estes traços ou características sejam suficientemente importantes na estrutura de seus pensamentos a fim de que, respeitadas as diferenças entre eles, evidencie-se a relevância destes aspectos comuns; **(c)** que estes traços ou características relevantes possam, em seu contexto histórico, diferenciarem-lhes de outros autores, de outras nacionalidades, a fim de lhes assegurar uma característica "nacional" comum. No caso em pauta, a diferenciação que se faz necessária é com a Economia Política inglesa, v.g. , Smith e Ricardo, pela indiscutível dominância de suas obras ao longo do século 19, vindo a se constituir o *mainstream* da teoria econômica pelo menos até a "Revolução Marginalista" (década de 1870).

Isto posto, começa-se a se construir os primeiros passos para evidenciar nossa hipótese central. Ao cumprir estas exigências metodológicas, verifica-se que, de uma perspectiva mais abrangente, a grande marca do pensamento alemão não é somente rejeitar as teorias e o método com que os ingleses faziam ciência, mas buscar um *caminho próprio*, uma alternativa que, conscientemente ou não, os diferenciou da Economia Política inglesa. Mesmo tendo-a como referência - Ricardo, por sua hegemonia incontestada, é o ponto de partida tanto de List, como da Escola Histórica e de Marx - , os alemães sempre se mostraram críticos e hesitaram em aceitar suas principais teorias e, principalmente, as medidas de política econômica delas decorrentes. As diferenças entre estas três vertentes alemãs não negligenciam o que têm em comum: buscar uma alternativa à teoria econômica britânica dominante que se impunha no contexto europeu, praticamente sem concorrência, na primeira metade do século 19 (autores relevantes, como os franceses fisiocratas ou J.B. Say, nunca ofuscaram o sotaque inglês da Economia Política Clássica).

Este "caminho próprio" buscados pelos alemães constitui o que modernamente se pode chamar de *heterodoxia*, ou seja, desvio da linha principal. No sentido de Kuhn, ao

procurar encontrar falhas e incongruências, lógicas ou experimentais, no paradigma dominante, seja ensaiando teorias alternativas (List), apontando seus "defeitos de construção" (Escola Histórica) ou, sobretudo, chegando a propor novo paradigma (Marx). Já com os olhos em Lakatos, nota-se que o esforço alemão consistia na tentativa de tornar degenerativos os programas de pesquisa ingleses; alternativamente, ensaiavam novas teorias, hipóteses e proposições, teóricas ou metodológicas, que propunham como programas progressivos, sujeitos a novas pesquisas, testes e investigações. Em qualquer das acepções, heterodoxia significa a contestação às idéias dominantes, embora não necessariamente associem-se à construção de novas alternativas.

### 3. *A heterodoxia alemã*

Para evidenciar que o PEA-19 pode ser compreendido à luz destas considerações, recorrer-se-á a três aspectos comuns e relevantes de seus principais autores, que o diferenciam do *main-stream* de sua época e que lhes emprestam unidade e os configuram como objeto analítico com foro próprio. São eles: **(a)** o historicismo; **(b)** o institucionalismo; **(c)** o intervencionismo. Embora os três estejam fortemente entrelaçados, o esforço de abordagem separada a seguir procura, além de buscar evidências à hipótese central antes mencionada, mostrar a forma concreta que assumiu a heterodoxia do PEA - 19, evitando, com isto, ser tomada em sentido tão amplo que poderia comprometer a própria razão de ser de sua formulação e relevância. Assim, não basta mostrar que o PEA-19 foi marcado pela heterodoxia - ou pela "heterodoxia em geral" - , mas mostrar exatamente como a mesma tomou corpo e historicamente se manifestou em sua particularidade (e que, portanto, é capaz de diferenciar-se de "outras heterodoxias"...).

#### 3.1. *O historicismo*

Embora o termo historicismo às vezes seja usado em sentido pejorativo ou crítico, como o fez Popper (1980), a recorrência a ele aqui busca enfatizar, em sentido lato, um fenômeno marcante dos economistas alemães antes mencionados: a presença da história em seus trabalhos. A forma com que cada autor tratou, interpretou e utilizou a história em trabalhos considerados "de economia" certamente diferenciou-se: a visão empirista e factual dominante na Escola Histórica certamente mereceria crítica aguçada de Marx, mas não negligencia a visão de ambos de verem economia e história como entrelaçadas, principalmente em contraste com o método dedutivo, abstrato e com pretensões universalizantes dos ingleses (v.g., de Ricardo).

A utilização de argumentos históricos já aparece em List, que muitas vezes é considerado precursor da Escola Histórica Alemã. Nesta, seus autores considerarão, com algumas diferenças de enfoque, que o entrelaçamento entre economia e história tornava-as inseparáveis, de modo que era impossível um estudo econômico ignorar as especificidades de cada povo e de cada nação. Não poderia haver ciência econômica sem história. Marx adotaria o mesmo ponto de vista, mas sua interpretação materialista de filosofia de Hegel acrescentaria outro sentido à influência: também não se poderia entender a história sem ter presente a luta de classes, ou seja, sem suas determinações econômicas (como o modo de produção, as relações de produção e a exploração do trabalho).

A partir de 1870, a economia marginalista e neoclássica, a partir de Jevons (na Inglaterra), Menger (na Áustria) e Walras (na França) retomaria o método universalizante dos ingleses; em Lousanne, com o último, a matemática - linguagem dedutiva e abstrata por excelência - , consagraria, através do modelo de equilíbrio geral, uma interpretação a-histórica da economia, assentada na psicologia do *homo economicus*. Este é entendido como um ser maximizador e hedonista por excelência, qualidades estas entendidas como inerentes à espécie humana, inatas e, portanto, a-históricas

Esta visão, que se tornaria o novo *mainstream*, difere radicalmente do PEA-19 em qualquer uma de suas três vertentes.

### 3.2. *O institucionalismo*

O historicismo alemão, desde List, procurava alicerçar em argumentos históricos os diferenças entre a Alemanha (ainda não unificada) e a Inglaterra, para mostrar, a partir deles, que as leis da economia não poderiam ignorar o contexto em que se inseriam. Roscher aconselhava evitar falar-se em leis em economia, pois apenas regularidades de longo prazo, leis de desenvolvimento, poderiam ser aceitas em matéria econômica. Hildebrand perguntava-se como falar em leis, se as variáveis e suas relações se alteram de caso para caso? Knies, mais radical, duvidava que se pudesse a rigor falar em economia, caindo em um ceticismo que só admitia "vagas regularidades".

Havia, portanto, um consenso: o que era válido para a Inglaterra, potência dominante à época, favorecida pelas leis de livre comércio e precursora da Revolução Industrial, não necessariamente deveria ser verdade para os alemães: entrelaçadas com a história, estavam as instituições de cada povo. Para começar, aos alemães faltava a instituição básica, por excelência, dos tempos modernos: o Estado Nacional unificado. Dentre seus reinos e principados destacava-se a Prússia - e nesta o que não faltava era Estado: absolutismo, exército, burocracia. Sua lógica expansionista subordinava as decisões econômicas à geopolítica, de modo que a pujança econômica era vista como associada linearmente ao poderio militar. Uma economia composta por instituições - estados sem Estado, mercado, bancos, leis, regulamentos, moedas locais - é a realidade alemã. A existência de instituições locais e a inexistência de outras impunham aos homens no cotidiano - a seus governantes e a seus pensadores - , a necessidade de pensar a economia não como algo universal, mas como fruto daquela realidade histórica e institucional. Como se falar em leis eternas e universais se há algo a mudar, se o povo alemão é concebido como diferente dos outros (em suas carências, em seu "atraso histórico" e, principalmente, em suas virtudes morais)? Como defender as teorias liberais de livre comércio internacional se, na prática, estas só servem aos interesses britânicos?

O institucionalismo, às vezes beirando o culturalismo primitivo, em um antropologismo ingênuo, marcou o pensamento alemão. Na Escola Histórica, associou-se à defesa de um método assentado na busca da particularidade, do exame minucioso, do concreto, da ênfase no empírico. Já em Marx, as instituições constituem a superestrutura social sem a qual é impossível conceber, interpretar, pensar e transformar uma sociedade.

### 3.3. *O intervencionismo*

O PEA-19, ao não admitir a sociabilidade advinda do mercado como suficiente para garantir um curso desejável à sociedade e, em particular, à economia, tornou necessário que outra instituição se fizesse presente para garantir este fim: o Estado. Neste caso, a ordem espontânea e natural que, partindo da Fisiocracia e A. Smith, marcou o *mainstream* ao longo do século 19, até alcançar sua forma mais acabada no modelo walrasiano de equilíbrio geral, nunca teve aceitação plena entre os principais economistas alemães da época. Assim, a peculiaridade de um pensamento que, embora iluminista, rejeitasse o liberalismo, o individualismo e o atomismo floresceu entre os pensadores alemães e não só na economia: Kant, e principalmente Hegel, são os exemplos mais respeitáveis do campo do conhecimento em que os autores de língua alemã por excelência se destacaram no século 19: a filosofia. Mas, junto a eles, ainda se poderia acrescentar Fichte, Schelling, Schopenhauer e Nietzsche.

O intervencionismo, como soe acontecer, possui sempre algo de difuso; sob este rótulo, abrigam-se todos os não-liberais, do socialismo ao fascismo, da democracia cristã ao positivismo. Assim, ao arrolá-lo como uma das principais marcas do PEA-19, não se quer negligenciar as diferenças entre os vários intervencionismos concretamente existentes, mas ressaltar algo em comum entre os autores alemães que o distinguem tanto do *mainstream* inglês como do próprio pensamento francês (o "laissez-faire" da Fisiocracia e o equilíbrio dos mercados de J. B. Say).

Isto posto, há que explicitar, por exemplo, as razões e o significado teórico e prático do intervencionismo em autores tão diferentes como, por exemplo, List e Marx. A idéia marxista, mais conhecida, parte de uma denúncia das bases nas quais se assenta o sistema capitalista como modo de produção: a exploração do trabalho materializada na mais valia, a pauperização crescente, a tendência à queda da taxa de lucro e a potencialidade das crises como imanente ao capital. O intervencionismo, para Marx, não chega a negar o reformismo (no Manifesto Comunista de 1848 propõe a progressividade de impostos, centralização dos transportes pelo Estado e educação pública e gratuita, medidas típicas da social-democracia do século 20), mas centra-se na idéia de entender o Estado e o poder como fundamentais para encaminhar um projeto de mudança radical na sociedade (o que o afastava do anarquismo, e se constituiu na principal divisão a Primeira Internacional). Tratava-se, no limite, de negar o mercado como instituição sociabilizadora satisfatória, apontando mais seus defeitos - a reprodução da desigualdade e a irracionalidade do desperdício e das crises de superprodução - que suas virtudes (embora haja momentos na obra de Marx que, ao contrapor o capitalismo ao feudalismo, mostre como o primeiro representa uma superação positiva do último).

O intervencionismo de Marx, ao contrário do que argumenta parte de seus críticos, não é formulado como *proposta* totalitária: o entendimento de que a sociabilidade de uma economia mercantil passe não apenas pelo mercado, mas necessariamente por instituições, ou pelo Estado como instituição sociabilizadora por excelência, por ser modernamente o *locus* da política, não se confunde com a defesa da proposta de supremacia absoluta do Estado sobre a sociedade: ao contrário, a questão do controle do Estado pela sociedade (pela "maioria" ou pelo "proletariado", que em Marx eram quase sinônimos) constituía ponto crucial de seu programa político.

Enquanto para Marx a crítica ao liberalismo (uma ideologia, ou doutrina, enfim, um conjunto de idéias concatenadas e filosoficamente embasadas) coincidia com a crítica ao capitalismo (um sistema econômico), em List e em outros economistas da EHA há nítida dissociação entre ambas. Centrando a análise em List, nota-se que este aceitava as instituições capitalistas: rejeitava, todavia, que o mercado fosse suficiente para garantir situações otimizadoras e desejáveis no longo prazo. A teoria da deterioração dos termos de intercâmbio, consagrada pela CEPAL a partir de 1948 com Prebisch, encontra em List um precursor (Fonseca, 1998).

List criticava o liberalismo mas defendia o capitalismo; lamentava, inclusive, a falta deste, a parca industrialização, os resquícios feudais, a baixa produtividade. Como os estruturalistas cepalinos fariam mais tarde, procurou mostrar que via mercado, ou seja, sem uma política econômica consciente (= "intervencionismo"), seria impossível superar o atraso, a estagnação e a defasagem com relação aos países industriais.

A divisão internacional do trabalho perversa aos países que se atrasaram na construção da indústria exigia ações estatais fortes, mas não significava, para List, negar o mercado. Por duas razões: a primeira, por reconhecer suas funções na economia doméstica, principalmente do ponto de vista alocativo. O reconhecimento da propriedade como instituição e do lucro como estímulo à atividade produtiva legitimava o mercado como necessário. Sua insuficiência, por isso, não impunha sua supressão, mas políticas pró-ativas que corrigissem seus efeitos perversos, de modo que o Estado não o substituísse, mas que ambos atuassem complementarmente. Em segundo lugar, porque List deixa claro, ao longo do Livro Segundo do Sistema Nacional de Economia Política, que políticas intervencionistas para construção de um projeto industrial devem ser limitadas no tempo e no espaço, não devendo se transformarem em regras de política econômica. No tempo, porque só se justificariam até o país conseguir criar o seu parque industrial. A partir daí, a regra seria a concorrência; caso contrário, haveria o risco de gerar ineficiência e a perda de mercados externos. O intervencionismo, assim, seria "*transitório*". No espaço, já que só alguns países, dotados de certas pré-condições bem rígidas (a rigor, a Alemanha) poderiam e deveriam partir para o projeto de industrialização; para outras nações, a especialização agrícola poderia ser a única ou, até a melhor solução (caso da África e da América Latina). Ironicamente, List aconselhava o intervencionismo para a Alemanha e aconselhava o liberalismo para outros ...

#### 4. Conclusão:

Pelo exposto, parece fora de dúvida de que não é uma hipótese sem sentido falar-se de um pensamento econômico tendo como corte analítico a nacionalidade, pelo menos com relação ao caso analisado, referente ao pensamento econômico alemão do século 19. Seus autores mais relevantes possuem traços marcantes, impossíveis de serem negligenciados ou ignorados, que lhes emprestam marcas comuns, diferenciando-os substancialmente dos principais autores de sua época, da Economia Política inglesa. A questão da nacionalidade faz sentido, pois resgata uma problemática histórica comum que dá oportunidade à emergência de críticas e indagações que fazem sentido naquele contexto e que é capaz de lhe emprestar singularidade.

#### BIBLIOGRAFIA

FONSECA, P. C. D. As origens do pensamento cepalino e a influência de Keynes. *Revista da CEP*, Rio de Janeiro: Sette Letras, n.2, p. 72-95, jun. 1998.

KUHN, J. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1991, 3.ed.

LAKATOS, I. O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa. In: LAKATOS, I, MUSGRAVE, A. *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, Edusp, 1979.

LIST, G. F. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Abril, 1983 (Col. Os economistas).

POPPER, Karl. *A miséria do historicismo*. São Paulo: Cultrix/USP, 1980.